



Várias entidades

Vossa Referência	Data
Ref	data

Nossa Referência	Data
15/Aprov.	2021-04-16

Convite para apresentação de propostas para **2021 – Cons. Prév. nº 6/ESEnfC** – arts. 20º nº1 c), 112º e segs do CCP, Dec. - Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro, na atual redação.

Aquisição de equipamento de laboratório para projeto "IANDA GUINÉ SAÚDE"

Convida-se V. Exa. a apresentar proposta para *Aquisição de equipamento de laboratório para projeto "IANDA GUINÉ SAÚDE"*, conforme especificações constantes no Caderno de Encargos que acompanha este convite, despachos de autorização superior do Vice-Presidente (ao abrigo da delegação de competências Desp. n.º 9869/2018-DR 2ª Série nº 203 - 22 de outubro) 22-12-2020.

A apresentação da proposta deverá ser entregue **através da Plataforma eletrónica de contratação acin-GOV - www.acingov.pt**, até às **23:59 horas do dia 23 de abril**, para o procedimento identificado como **2021 – Cons. Prév. nº 6/ESEnfC**.

No termos do DL nº 18/2008 de 29 de Janeiro, o concorrente deve preencher os requisitos previstos no art 55º, apresentando Declaração comprovativa, sob o compromisso de honra, de acordo com o Anexo I.



Um programa da
União Europeia



Cofinanciado e gerido
pelo Camões I.P.



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

Cofinanciado pela
Gulbenkian



Escola Superior de
Enfermagem de Coimbra



Será dispensada a apresentação de caução, nos termos do nº 2 do art. 88º do CCP.

A proposta não será objeto de negociação e não pode ter variantes.

- O **critério de adjudicação** na avaliação das propostas será o **da proposta economicamente mais vantajosa** na modalidade seguinte:

Avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato

- **Critério de desempate:** Como critério de desempate será considerado o prazo de entrega mais curto, que será ordenado de forma crescente a proposta que apresentar menor tempo de fornecimento e assim sucessivamente.

1 – Proposta:

Na proposta o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e indica as condições em que se dispõe a fazê-lo e a mesma deverá ser formalizada, sob pena de exclusão, com os seguintes elementos:

- 1.1 O preço unitário e o preço global do fornecimento dos bens identificados de acordo com o lote em causa, e condições de pagamento, formalizado de acordo com o estabelecido no Caderno de Encargos.
- 1.2 Prazo de entrega dos materiais.
- 1.3 Prazo de garantia dos equipamentos, se aplicável.
- 1.4 Os preços, que não devem incluir o IVA, são indicados em algarismos conforme art.60º do CCP, só **com duas casas decimais**.
- 1.5 A proposta deve mencionar expressamente que ao preço acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável.
- 1.6 O formulário disponível na Plataforma eletrónica não constitui isoladamente documento de proposta. Sob pena de exclusão, conforme dispõe o art. 56º do CCP, o concorrente além do preenchimento do referido formulário, deverá apresentar uma declaração em documento próprio e autónomo, em que manifesta à entidade adjudicante a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo descrevendo os atributos da proposta anteriormente exigidos neste artigo.



Um programa da
União Europeia



Cofinanciado e gerido
pelo Camões I.P.



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

Cofinanciado pela
Gulbenkian



**Escola Superior de
Enfermagem de Coimbra**



- 1.7 **A proposta deve ser assinada, eletronicamente**, pelo concorrente ou pelos seus representantes legais, conforme os procedimentos descritos no manual de utilização da plataforma eletrónica e conforme o previsto no art.º 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de Agosto.
- 1.8 O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante o prazo mínimo de 66 dias úteis, contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.
- 1.9 Não é admitida a apresentação de propostas variantes ou com alterações às cláusulas do caderno de encargos.
- 1.10 Na proposta o concorrente pode especificar aspetos que considere relevantes para a apreciação da mesma.

2 - Documentos que constituem a proposta:

A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- 2.1 Documentos que em função do objeto do procedimento contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
- 2.2 Declaração de aceitação de todas as cláusulas do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o exigido na alínea a) do nº 1 do art 57º do CCP, (anexo I), a este Procedimento.
- 2.3 Os concorrentes deverão apresentar documentos comprovativos das especificações técnicas indicadas para os bens propostos e respetivos catálogos.
- 2.4 No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros. Não existindo representante comum deve a mesma ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 2.5 Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, ou disponibilização do código de acesso para a sua consulta on-line, nos termos do nº 2 do art. 5º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e donde conste o objeto social do concorrente e documento comprovativo de habilitações ou autorização profissional para a prestação de serviços/fornecimento deste procedimento.
- 2.6 No caso de o concorrente propor a subcontratação parcial do objeto do contrato, a proposta deve ser acompanhada dos documentos de identificação relativamente às entidades a subcontratar.



Um programa da
União Europeia



Cofinanciado e gerido
pelo Camões I.P.



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

Cofinanciado pela
Gulbenkian



**Escola Superior de
Enfermagem de Coimbra**

2.7 Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.

3 - Documentos de habilitação:

3.1 - Os documentos de habilitação deverão ser apresentados no prazo de 2 dias úteis, e no caso de existência de erros serão concedidos 2 dias para a supressão de irregularidades detetadas. A sua apresentação deverá ocorrer na plataforma eletrónica ou caso esteja indisponível, e só neste caso, e devidamente justificado, através de correio eletrónico: aprovisionamento@esenfc.pt:

- a) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, apresentando para o efeito, certidões emitidas pelas autoridades competentes do respetivo Estado Membro ou disponibilização de acesso para a sua consulta online, referentes:
 - Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal, ou, se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado em que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da própria pessoa coletiva, se for o caso, e de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções, destinado a comprovar que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no referido art 55º.
- b) Declaração elaborada em conformidade com o exigido na alínea a) do nº 1 do art 81º do CCP, (anexo II), a este Procedimento.
- c) Documento comprovativo/certificado emitido por entidade ou serviço oficial, com competência nesta área, que ateste a conformidade dos serviços do concorrente, conforme normas legais aplicáveis nesta matéria. Documentos comprovativos da titularidade das autorizações, certificados ou licenças legalmente exigidos para o fornecimento contratado, cumprindo as normas portuguesas e europeias, as especificações e documentos de homologação de organismos oficiais, e as de fabricantes ou de entidades detentoras de patentes.



3.2 - Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3.3 - Os documentos que acompanham as propostas devem ser assinados pelas entidades que os emitem.

Em tudo o que não se encontre especificado no presente convite aplicam-se, subsidiariamente, as disposições constantes do DL nº 18/2008 de 29 de Janeiro, bem como disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Para qualquer esclarecimento adicional poderá dirigir-se à Secção de Aprovisionamento entre as 9:00 e as 18:00 horas.

Com os melhores cumprimentos,

O Vice-Presidente da ESEnfC,

(ao abrigo da delegação de competências
Desp. n.º 9869/2018-DR 2ª Série nº 203 - 22 de outubro)

Assinado por: **FERNANDO MANUEL DIAS
HENRIQUES**
Num. de Identificação: 043887619
Data: 2021.04.16 12:29:30+01'00'
Certificado por: **Diário da República Eletrónico.**
Atributos certificados: **Vice-Presidente - Escola
Superior de Enfermagem de Coimbra.**
 **CARTÃO DE CIDADÃO**

(Fernando Manuel Dias Henrique)



Um programa da
União Europeia



Cofinanciado e gerido
pelo Camões I.P.



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN

Cofinanciado pela
Gulbenkian



Escola Superior de
Enfermagem de Coimbra